

FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ

Termo de Referência 103/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
103/2026	254420-FUNDACAO OSWALDO CRUZ/RJ	RAQUEL BRITO ALVES	18/08/2026 11:18 (v 0.15)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens permanentes	427/2026	25380.002172/2026-69

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de nobreaks e estabilizadores, através de Registro de Preços, para prover as unidades da Fiocruz nos Estados do Rio de Janeiro, Paraná, e Mato Grosso do Sul, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s):

ITEM	ÁREA REQUISITANTE	Nº DO SGA	Nº DO CATMAT	ESPECIFICAÇÃO DO TR	QUANTIDADE	UNIDADE DE FORNECIMENTO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	QUANT. MÍNIMA POR PEDIDO
1	FIOCRUZ MATA ATLÂNTICA- RJ	6214	474137	NOBREAK POTÊNCIA NOMINAL: MÍNIMO 10 KVA FORMA DE ONDA: SENOIDAL PURA ENTRADA: BIVOLT AUTOMÁTICO SAÍDA: 120V CONFIGURÁVEL AUTONOMIA MÍNIMA: 15 MINUTOS A PLENA CARGA DISPLAY LCD COM INDICADORES OPERACIONAIS INTERFACE DE COMUNICAÇÃO: USB E ETHERNET PERMITIR CONFIGURAÇÃO DE SAÍDA HÍBRIDA	53	UNIDADE	R\$ 24.191,82	R\$ 1.282.166,46	4
	20 UNIDADES								
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								
	CENTRO DE INFOR. CIENTIFICAS E TECNOLÓGICA / RJ								1
	3 UNIDADES								
	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ RJ								1
	10 UNIDADES								

	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 20 UNIDADES								1
2	PROCURADORIA- RJ 20 UNIDADES	1479	614404	ESTABILIZADOR TENSÃO ALIMENTAÇÃO ENTRADA: 115/127/220 V CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: MÍNIMO DE CONEXÕES DE SAÍDA: 5,,TOMADAS NBR 14136 TIPO: NOBREAK SENOIDAL TENSÃO SAÍDA: 115 V FATOR POTÊNCIA: 0,5 CAPACIDADE NOMINAL: 1500 VA ENTRADA BIVOLT	270	UNIDADE	R\$ 1.443,33	R\$ 389.699,10	5
	AGEPLAN/COGEAD 100 UNIDADES								5
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								
	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ RJ 30 UNIDADES								1
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 120 UNIDADES								1
3	EPSJV- RJ 50 UNIDADES	6680	331262	ESTABILIZADOR TENSÃO NO-BREAK 1400 VA (1,4 KVA), FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA, ENTRADA BIVOLT, SAÍDA 115 V MONOFÁSICO, 60 HZ, FP ≥ 0,60, MÍNIMO 5 TOMADAS NBR 14136 (PERMITIDA CONFIGURAÇÃO HÍBRIDA TOMADAS + BORNES), PROTEÇÃO CONTRA SUBTENSÃO/SOBRETENSÃO/CURTO/SOBRECARGA, BATERIA SELADA CHUMBO-ÁCIDO LIVRE DE MANUTENÇÃO, AUTONOMIA MÍNIMA 10 MIN A 600 W, RECARGA 8–10 H ATÉ 90%, INDICADORES LED OU LCD, ALARMES SONOROS, PORTA USB OU RS-232 (SNMP OPCIONAL), BASE /PLUGUE NBR 14136, DIMENSIONAL APROXIMADO (AXLXP)MM: 220X12SX380; PESO APROXIMADO: 12,0 KG, GARANTIA DE 12 MESES, ASSISTÊNCIA TÉCNICA QUE ATENDA NO RJ.	130	UNIDADE	R\$ 1.710,71	R\$ 222.392,30	1
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								1
	INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS/ RJ 20 UNIDADES								
	INSTITUTO OSWALDO CRUZ/ RJ 10 UNIDADES								1
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 50 UNIDADES								1

4	FIOCRUZ MATO GROSSO DO SUL	5926	395552	NOBREAK, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (ENTRADA): BIVOLT AUTOMÁTICO 110/220 V, TIPO: NOBREAK (UPS), TENSÃO DE SAÍDA: 120 V (±10%), CAPACIDADE NOMINAL: MÍNIMO 800 VA, FORMA DE ONDA: SENOIDAL (PREFERENCIALMENTE SENOIDAL PURA), AUTONOMIA: MÍNIMO 10–15 MIN EM CARGA TÍPICA (OU 15 MIN A 50% DE CARGA), COM BATERIA INTERNA SELADA, PROTEÇÕES CONTRA SOBRETENSÃO /SUBTENSÃO E SURTOS, COM NO MÍNIMO 4 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136.	40	UNIDADE	R\$ 1.001,16	R\$ 40.046,40	10
5	ICC FIOCRUZ PARANÁ	5841	483856	NOBREAK ACUMULADOR DE TENSÃO, DO TIPO MONOFÁSICO DE DUPLA CONVERSÃO, COM FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) $\leq$ 1%, POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 KVA E FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA DE 0,9. DEVE POSSUIR ENTRADA EM 220 V MONOFÁSICO, POR MEIO DE BORNES, COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (120 V / 220 V) E FAIXA DE OPERAÇÃO DE 84 V A 156 V PARA 120 V E 176 V A 264 V PARA 220 V. A SAÍDA DEVERÁ SER CONFIGURÁVEL EM 220 V OU 127 V, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS TENSÕES, SENDO FASE + FASE PARA 220 V E FASE + NEUTRO PARA 127 V (SAÍDA BIFÁSICA 127 V + 127 V + N). O EQUIPAMENTO DEVE SER DOTADO DE, NO MÍNIMO, 8 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136, SENDO 6 DE 10 A E 2 DE 20 A, TAMBÉM PODE TER BORNES DE SAÍDA, AUTONOMIA MÍNIMA DE 5 MINUTOS EM PLENA CARGA E 13 MINUTOS EM MEIA CARGA, DISPLAY LCD PARA SINALIZAÇÃO VISUAL COMPLETA DO STATUS OPERACIONAL, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO USB PARA MONITORAMENTO REMOTO E PROTEÇÕES CONTRA SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, SOBREAQUECIMENTO E SURTOS DA REDE ELÉTRICA. OBS.: A EMPRESA SE RESPONSABILIZARÁ PELO STARTUP DOS EQUIPAMENTOS, POR MEIO DE UM TÉCNICO CREDENCIADO. CASO HAJA SENHAS AS MESMAS DEVERÃO SER FORNECIDAS E COMPROVADAS NO ATO DA INSTALAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO.	5	UNIDADE	R\$ 6.943,22	R\$ 34.716,10	1
6	ICC FIOCRUZ PARANÁ	5839	483854	NOBREAK ACUMULADOR DE TENSÃO, DO TIPO MONOFÁSICO DE DUPLA CONVERSÃO, COM FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) MENOR OU IGUAL A 1%, POTÊNCIA MÍNIMA DE 5 KVA E FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA DE 0,9. DEVE POSSUIR ENTRADA EM 220 V, POR MEIO DE BORNES, COM. A SAÍDA DEVERÁ SER BIFÁSICA 127 V + 127 V + N, CONFIGURÁVEL EM 220 V OU 127 V VIA JUMPER INTERNO, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS TENSÕES, SENDO FASE + FASE PARA 220 V E FASE + NEUTRO PARA 127 V. O EQUIPAMENTO DEVE SER DOTADO DE, NO MÍNIMO, 8 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136, SENDO 6 DE 10 A E 2 DE 20 A, TAMBÉM PODE TER BORNES DE SAÍDA, AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 MINUTOS EM PLENA CARGA E 11 MINUTOS EM MEIA CARGA, DISPLAY LCD OBRIGATÓRIO PARA SINALIZAÇÃO VISUAL COMPLETA DO STATUS OPERACIONAL, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO ETHERNET PARA MONITORAMENTO REMOTO, PROTEÇÕES CONTRA SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, SOBREAQUECIMENTO E SURTOS DA REDE ELÉTRICA, ALÉM DE RODÍZIOS GIRATÓRIOS PARA FACILITAR A	3	UNIDADE	R\$ 12.734,67	R\$ 38.204,01	1

Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União
Modelo de Termo de Referência – Aquisições – Licitação e Contratação Direta - Lei nº 14.133, de 2021
Aprovado pela Secretaria de Gestão e Inovação
Identidade visual pela Secretaria de Gestão e Inovação
Atualização: DEZ/2025.

				HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTÁTICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO), FATOR DE POTENCIA DE SAIDA 0,8, TEMPO MINIMO DE AUTONOMIA DE 13 MINUTOS EM PLENA CARGA, DISPLAY LCD.					
8	ICC FIOCRUZ PARANÁ	3498	471012	NOBREAK ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 10 KVA, NOBREAK TECNOLOGIA ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO. NOBREAK MICROCONTROLADO DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) TECNOLOGIA DE SEMICONDUTOR IGBT; CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO E UNITÁRIO PARA CARGA LINEAR OU CARGA NÃO LINEAR (PFC). TRANSFORMADOR ISOLADOR COM FIO DE COBRE PROPORCIONANDO MELHOR RENDIMENTO, TEMPERATURA E ENTREGA DE POTÊNCIA PARA A CARGA. FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E COM CONTROLE DIGITAL. BYPASS AUTOMÁTICO E MANUAL. DISTORÇÃO HARMÔNICA MENOR QUE 2% COM CARGA LINEAR. GABINETE METÁLICO COM PINTURA EPÓXI. BATERIA INTERNA SELADA TIPO VRLA LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO. AUTO TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DO EQUIPAMENTO. PROCESSAMENTO DE SINAIS TRUE RMS PARA UMA ANÁLISE SEGURA E PRECISA DA REDE ELÉTRICA. ESTABILIDADE NA FREQUÊNCIA DE SAÍDA DEVIDO AO USO DE CRISTAL DE ALTA PRECISÃO. TECNOLOGIA DE MONTAGEM SMD QUE GARANTE ALTA CONFIABILIDADE E QUALIDADE AO NOBREAK DC START. PODE SER LIGADO MESMO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. CARREGADOR INTELIGENTE DE TRÊS ESTÁGIOS (CARGA, EQUALIZAÇÃO E FLUTUAÇÃO), MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, PARA GARANTIR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL. GERENCIAMENTO DE BATERIA QUE AVISA QUANDO A BATERIA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDA. AUTO-DESLIGAMENTO TEMPORIZADO POR DESCARGA TOTAL DA BATERIA OU AUSÊNCIA DE CARGA CONECTADA NA SAÍDA PARA PRESERVAR A BATERIA, COM POSSIBILIDADE DE INIBIÇÃO (SENSOR CARGA MÍNIMA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO (RS232, RS485 E USB) PARA MONITORAMENTO E CONFIGURAÇÃO DO PRODUTO. TENSÃO NOM. ENTRADA: 220V (TRIFÁSICA -127V/220V (3F - N - T)). FAIXA DE ENTRADA: 200V-230V. FREQ. ENTRADA: 47HZ - 63HZ (MODO NORMAL) / 59,5HZ - 60,5HZ (MODO PARALELO). FASE: MONOFÁSICA OU BIFÁSICA (CONFIGURÁVEL EXTERNAMENTE). CONEXÃO DE ENTRADA: BORNEIRA TENSÃO NOM. SAÍDA: 220V (TRIFÁSICO 127/220 V). FX. TENSÃO SAÍDA INVERSOR: 220V ±1%. FREQUÊNCIA DE SAÍDA: 50HZ /60HZ (MODO NORMAL) - 60HZ (MODO PARALELO). FORMA-DE-ONDA: SENOIDAL. CONEXÃO DE SAÍDA: BORNEIRA. DISTORÇÃO HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTÁTICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO). FATOR DE POTÊNCIA 0,8, DISPLAY LCD, AUTONOMIA MÍNIMA DE 25 MINUTOS EM PLENA CARGA	2	UNIDADE	R\$ 39.747,84	R\$ 79.495,68	1
				NOBREAK ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 20 KVA, NOBREAK TECNOLOGIA ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO. NOBREAK MICROCONTROLADO DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) TECNOLOGIA DE SEMICONDUTOR IGBT; CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO E UNITÁRIO PARA CARGA LINEAR OU CARGA NÃO LINEAR (PFC). TRANSFORMADOR ISOLADOR COM FIO DE COBRE PROPORCIONANDO MELHOR RENDIMENTO, TEMPERATURA E ENTREGA DE POTÊNCIA PARA A CARGA. FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E COM CONTROLE DIGITAL. BYPASS AUTOMÁTICO E MANUAL. DISTORÇÃO HARMÔNICA MENOR QUE 2% COM CARGA LINEAR. GABINETE METÁLICO COM PINTURA EPÓXI. BATERIA INTERNA SELADA TIPO VRLA LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO. AUTO TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DO EQUIPAMENTO. PROCESSAMENTO DE SINAIS TRUE RMS					

9	ICC FIOCRUZ PARANÁ	1494	471012	PARA UMA ANÁLISE SEGURA E PRECISA DA REDE ELÉTRICA. ESTABILIDADE NA FREQUÊNCIA DE SAÍDA DEVIDO AO USO DE CRISTAL DE ALTA PRECISÃO. TECNOLOGIA DE MONTAGEM SMD QUE GARANTE ALTA CONFIABILIDADE E QUALIDADE AO NOBREAK DC START. PODE SER LIGADO MESMO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. CARREGADOR INTELIGENTE DE TRÊS ESTÁGIOS (CARGA, EQUALIZAÇÃO E FLUTUAÇÃO), MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, PARA GARANTIR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL. GERENCIAMENTO DE BATERIA QUE AVISA QUANDO A BATERIA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDA. AUTO-DESLIGAMENTO TEMPORIZADO POR DESCARGA TOTAL DA BATERIA OU AUSÊNCIA DE CARGA CONECTADA NA SAÍDA PARA PRESERVAR A BATERIA, COM POSSIBILIDADE DE INIBIÇÃO (SENSOR CARGA MÍNIMA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO (RS232, RS485 E USB) PARA MONITORAMENTO E CONFIGURAÇÃO DO PRODUTO. TENSÃO NOM. ENTRADA: 220V (TRIFÁSICA - 127 V/ 220V (3F -N- T). FAIXA DE ENTRADA: 200V-230V. FREQ. ENTRADA: 47HZ - 63HZ (MODO NORMAL) / 59,5HZ - 60,5HZ (MODO PARALELO). FASE: MONOFÁSICA OU BIFÁSICA (CONFIGURÁVEL EXTERNAMENTE). CONEXÃO DE ENTRADA: BORNEIRA TENSÃO NOM. SAÍDA: 220V (TRIFÁSICO). FX. TENSÃO SAÍDA INVERSOR: 220V ±1%. FREQUÊNCIA DE SAÍDA: 50HZ/60HZ (MODO NORMAL) - 60HZ (MODO PARALELO). FORMA-DE-ONDA: SENOIDAL. CONEXÃO DE SAÍDA: BORNEIRA. DISTORÇÃO HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTATICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO). TEMPO MÍNIMO DE AUTONOMIA 20 MINUTOS EM PLENA CARGA, FATOR DE POTÊNNCIA 0,8, DISPLAY EM LCD	1	UNIDADE	R\$ 71.456,41	R\$ 71.456,41	1
10	FUNDACAO OSWALDO CRUZ /RJ (IOC) 16 UNIDADES	5926	395552	NOBREAK, TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO (ENTRADA): BIVOLT AUTOMÁTICO 110/220 V, TIPO: NOBREAK (UPS), TENSÃO DE SAÍDA: 120 V (±10%), CAPACIDADE NOMINAL: MÍNIMO 800 VA, FORMA DE ONDA: SENOIDAL (PREFERENCIALMENTE SENOIDAL PURA), AUTONOMIA: MÍNIMO 10–15 MIN EM CARGA TÍPICA (OU 15 MIN A 50% DE CARGA), COM BATERIA INTERNA SELADA, PROTEÇÕES CONTRA SOBRETENSÃO /SUBTENSÃO E SURTOS, COM NO MÍNIMO 4 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136.	56	UNIDADE	R\$ 1.066,73	R\$ 59.736,88	1
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								2
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 40 UNIDADES								
	FUNDACAO OSWALDO CRUZ /RJ (IOC) 8 UNIDADES			NOBREAK ACUMULADOR DE TENSÃO, DO TIPO MONOFÁSICO DE DUPLA CONVERSÃO, COM FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) ≤ 1%, POTÊNCIA MÍNIMA DE 3 KVA E FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA DE 0,9. DEVE POSSUIR ENTRADA EM 220 V MONOFÁSICO, POR MEIO DE BORNES, COM SELEÇÃO AUTOMÁTICA DE TENSÃO (120 V / 220 V) E FAIXA DE OPERAÇÃO DE 84 V A 156 V PARA 120 V E 176 V A 264 V PARA 220 V. A					1
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								

11				SAÍDA DEVERÁ SER CONFIGURÁVEL EM 220 V OU 127 V, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS TENSÕES, SENDO FASE + FASE PARA 220 V E FASE + NEUTRO PARA 127 V (SAÍDA BIFÁSICA 127 V + 127 V + N). O EQUIPAMENTO DEVE SER DOTADO DE, NO MÍNIMO, 8 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136, SENDO 6 DE 10 A E 2 DE 20 A, TAMBÉM PODE TER BORNES DE SAÍDA, AUTONOMIA MÍNIMA DE 5 MINUTOS EM PLENA CARGA E 13 MINUTOS EM MEIA CARGA, DISPLAY LCD PARA SINALIZAÇÃO VISUAL COMPLETA DO STATUS OPERACIONAL, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO USB PARA MONITORAMENTO REMOTO E PROTEÇÕES CONTRA SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO, SUBTENSÃO, SOBRETENSÃO, SOBREAQUECIMENTO E SURTOS DA REDE ELÉTRICA.	38	UNIDADE	R\$	5.890,00	R\$	223.820,00	1
	INTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS/ RJ (FARMANGUINHOS)	5841	483856								
	25 UNIDADES										
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ			OBS.: A EMPRESA SE RESPONSABILIZARÁ PELO STARTUP DOS EQUIPAMENTOS, POR MEIO DE UM TÉCNICO CREDENCIADO. CASO HAJA SENHAS AS MESMAS DEVERÃO SER FORNECIDAS E COMPROVADAS NO ATO DA INSTALAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO.							1
12					13	UNIDADE	R\$	12.196,67	R\$	158.556,71	
	FUNDACAO OSWALDO CRUZ /RJ (IOC)	5839	483854	NOBREAK ACUMULADOR DE TENSÃO, DO TIPO MONOFÁSICO DE DUPLA CONVERSÃO, COM FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E DISTORÇÃO HARMÔNICA TOTAL (THD) MENOR OU IGUAL A 1%, POTÊNCIA MÍNIMA DE 5 KVA E FATOR DE POTÊNCIA DE SAÍDA DE 0,9. DEVE POSSUIR ENTRADA EM 220 V, POR MEIO DE BORNES, COM. A SAÍDA DEVERÁ SER BIFÁSICA 127 V + 127 V + N, CONFIGURÁVEL EM 220 V OU 127 V VIA JUMPER INTERNO, PERMITINDO A UTILIZAÇÃO SIMULTÂNEA DE DUAS TENSÕES, SENDO FASE + FASE PARA 220 V E FASE + NEUTRO PARA 127 V. O EQUIPAMENTO DEVE SER DOTADO DE, NO MÍNIMO, 8 TOMADAS DE SAÍDA PADRÃO NBR 14136, SENDO 6 DE 10 A E 2 DE 20 A, TAMBÉM PODE TER BORNES DE SAÍDA, AUTONOMIA MÍNIMA DE 4 MINUTOS EM PLENA CARGA E 11 MINUTOS EM MEIA CARGA, DISPLAY LCD OBRIGATÓRIO PARA SINALIZAÇÃO VISUAL COMPLETA DO STATUS OPERACIONAL, INTERFACE DE COMUNICAÇÃO ETHERNET PARA MONITORAMENTO REMOTO, PROTEÇÕES CONTRA SOBRECARGA, CURTO-CIRCUITO, SUBTENSÃO,							
	5 UNIDADES										1

				SOBRETENSÃO, SOBREAQUECIMENTO E SURTOS DA REDE ELÉTRICA, ALÉM DE RODÍZIOS GIRATÓRIOS PARA FACILITAR A MOVIMENTAÇÃO. OBS.: A EMPRESA SE RESPONSABILIZARÁ PELO STARTUP DOS EQUIPAMENTOS, POR MEIO DE UM TÉCNICO CREDENCIADO. CASO HAJA SENHAS AS MESMAS DEVERÃO SER FORNECIDAS E COMPROVADAS NO ATO DA INSTALAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO. GARANTIA DE 12 MESES, NO MÍNIMO, A PARTIR DA DATA DE ENTREGA. O EQUIPAMENTO DEVE POSSUIR MANUAL DE INSTALAÇÃO E OPERAÇÃO.						
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES									
	INTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS/ RJ (FARMANGUINHOS) 5 UNIDADES									1
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 3 UNIDADES									1
13	INTITUTO DE TECNOLOGIA EM FÁRMACOS/ RJ (FARMANGUINHOS) 5 UNIDADES	1058	610759	NOBREAK ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 8 KVA, NOBREAK TECNOLOGIA ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO. NOBREAK MICROCONTROLADO DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) TECNOLOGIA DE SEMICONDUTOR IGBT; CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO E UNITÁRIO PARA CARGA LINEAR OU CARGA NÃO LINEAR (PFC). TRANSFORMADOR ISOLADOR COM FIO DE COBRE PROPORCIONANDO MELHOR RENDIMENTO, TEMPERATURA E ENTREGA DE POTÊNCIA PARA A CARGA. FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E COM CONTROLE DIGITAL. BYPASS AUTOMÁTICO E MANUAL. DISTORÇÃO HARMÔNICA MENOR QUE 2% COM CARGA LINEAR. GABINETE METÁLICO COM PINTURA EPÓXI. BATERIA INTERNA SELADA TIPO VRLA LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO. AUTO TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DO EQUIPAMENTO. PROCESSAMENTO DE SINAIS TRUE RMS PARA UMA ANÁLISE SEGURA E PRECISA DA REDE ELÉTRICA. ESTABILIDADE NA FREQUÊNCIA DE SAÍDA DEVIDO AO USO DE CRISTAL DE ALTA PRECISÃO. TECNOLOGIA DE MONTAGEM SMD QUE GARANTE ALTA CONFIABILIDADE E QUALIDADE AO NOBREAK DC START. PODE SER LIGADO MESMO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. CARREGADOR INTELIGENTE DE TRÊS ESTÁGIOS (CARGA, EQUALIZAÇÃO E FLUTUAÇÃO), MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, PARA GARANTIR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL. GERENCIAMENTO DE BATERIA QUE AVISA QUANDO A BATERIA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDA. AUTO-DESLIGAMENTO TEMPORIZADO POR DESCARGA TOTAL DA BATERIA OU AUSÊNCIA DE CARGA CONECTADA NA SAÍDA PARA PRESERVAR A BATERIA, COM POSSIBILIDADE DE INIBIÇÃO (SENSOR CARGA MÍNIMA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO (RS232, RS485 E USB) PARA MONITORAMENTO E CONFIGURAÇÃO DO PRODUTO. TENSÃO NOM. ENTRADA: 220V (TRIFÁSICA -127V/220V (3F - N - T)). FAIXA DE ENTRADA: 200V-240V. FREQ. ENTRADA: 47HZ - 63HZ (MODO NORMAL) / 59,5HZ -, 60,5HZ (MODO PARALELO). FASE: MONOFÁSICA. CONEXÃO DE ENTRADA: BORNEIRA TENSÃO NOM. SAÍDA: 220V (TRIFÁSICO). FX. TENSÃO SAÍDA INVERSOR: 127V ±1% OU 220V ±1%. FREQUÊNCIA DE SAÍDA: 50HZ/60HZ (MODO NORMAL) - 60HZ (MODO PARALELO). FORMA-DE-ONDA: SENOIDAL. CONEXÃO DE SAÍDA: BORNEIRA. DISTORÇÃO HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTATICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA	7	UNIDADE	R\$ 37.600,00	R\$ 263.200,00	1	
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES									

	CENTRO DE INFOR. CIENTIFICAS E TECNOLÓGICA/ RJ			CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO), FATOR DE POTENCIA DE SAIDA 0,8, TEMPO MINIMO DE AUTONIMIA DE 13 MINUTOS EM PLENA CARGA, DISPLAY LCD.						1
	2 UNIDADES									
14	FUNDACAO OSWALDO CRUZ /RJ (IOC) 4 UNIDADES	3498	471012	NOBREAK ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 10 KVA, NOBREAK TECNOLOGIA ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO. NOBREAK MICROCONTROLADO DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) TECNOLOGIA DE SEMICONDUTOR IGBT; CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO E UNITÁRIO PARA CARGA LINEAR OU CARGA NÃO LINEAR (PFC). TRANSFORMADOR ISOLADOR COM FIO DE COBRE PROPORCIONANDO MELHOR RENDIMENTO, TEMPERATURA E ENTREGA DE POTÊNCIA PARA A CARGA. FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E COM CONTROLE DIGITAL. BYPASS AUTOMÁTICO E MANUAL. DISTORÇÃO HARMÔNICA MENOR QUE 2% COM CARGA LINEAR. GABINETE METÁLICO COM PINTURA EPÓXI. BATERIA INTERNA SELADA TIPO VRLA LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO. AUTO TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DO EQUIPAMENTO. PROCESSAMENTO DE SINAIS TRUE RMS PARA UMA ANÁLISE SEGURA E PRECISA DA REDE ELÉTRICA. ESTABILIDADE NA FREQUÊNCIA DE SAÍDA DEVIDO AO USO DE CRISTAL DE ALTA PRECISÃO. TECNOLOGIA DE MONTAGEM SMD QUE GARANTE ALTA CONFIABILIDADE E QUALIDADE AO NOBREAK DC START. PODE SER LIGADO MESMO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. CARREGADOR INTELIGENTE DE TRÊS ESTÁGIOS (CARGA, EQUALIZAÇÃO E FLUTUAÇÃO), MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, PARA GARANTIR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL. GERENCIAMENTO DE BATERIA QUE AVISA QUANDO A BATERIA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDA. AUTO-DESLIGAMENTO TEMPORIZADO POR DESCARGA TOTAL DA BATERIA OU AUSÊNCIA DE CARGA CONECTADA NA SAÍDA PARA PRESERVAR A BATERIA, COM POSSIBILIDADE DE INIBIÇÃO (SENSOR CARGA MÍNIMA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO (RS232, RS485 E USB) PARA MONITORAMENTO E CONFIGURAÇÃO DO PRODUTO. TENSÃO NOM. ENTRADA: 220V (TRIFÁSICA -127V/220V (3F - N - T)). FAIXA DE ENTRADA: 200V-230V. FREQ. ENTRADA: 47HZ - 63HZ (MODO NORMAL) / 59,5HZ - 60,5HZ (MODO PARALELO). FASE: MONOFÁSICA OU BIFÁSICA (CONFIGURÁVEL EXTERNAMENTE). CONEXÃO DE ENTRADA: BORNEIRA TENSÃO NOM. SAÍDA: 220V (TRIFÁSICO 127/220 V). FX. TENSÃO SAÍDA INVERSOR: 220V ±1%. FREQUÊNCIA DE SAÍDA: 50HZ /60HZ (MODO NORMAL) - 60HZ (MODO PARALELO). FORMA-DE-ONDA: SENOIDAL. CONEXÃO DE SAÍDA: BORNEIRA. DISTORÇÃO HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTÁTICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO). FATOR DE POTÊNCIA 0,8, DISPLAY LCD, AUTONOMIA MÍNIMA DE 25 MINUTOS EM PLENA CARGA	8	UNIDADE	R\$ 53.250,00	R\$ 426.000,00	1	
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES									
	INTITUTO DE TÉCNOLOGIA EM FÁRMACOS/ RJ (FARMANGUINHOS) 2 UNIDADES									1
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA									

	ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 2 UNIDADES								1
15	INTITUTO DE TÉCNOLOGIA EM FÁRMACOS/ RJ (FARMANGUINHOS) 2 UNIDADES	1494	471012	NOBREAK ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO, COM POTÊNCIA MÍNIMA DE 20 KVA, NOBREAK TECNOLOGIA ONLINE DE DUPLA CONVERSÃO. NOBREAK MICROCONTROLADO DSP (PROCESSADOR DIGITAL DE SINAIS) TECNOLOGIA DE SEMICONDUTOR IGBT; CORREÇÃO DE FATOR DE POTÊNCIA ATIVO E UNITÁRIO PARA CARGA LINEAR OU CARGA NÃO LINEAR (PFC). TRANSFORMADOR ISOLADOR COM FIO DE COBRE PROPORCIONANDO MELHOR RENDIMENTO, TEMPERATURA E ENTREGA DE POTÊNCIA PARA A CARGA. FORMA DE ONDA SENOIDAL PURA E COM CONTROLE DIGITAL. BYPASS AUTOMÁTICO E MANUAL. DISTORÇÃO HARMÔNICA MENOR QUE 2% COM CARGA LINEAR. GABINETE METÁLICO COM PINTURA EPÓXI. BATERIA INTERNA SELADA TIPO VRLA LIVRE DE MANUTENÇÃO E À PROVA DE VAZAMENTO. AUTO TESTE PARA VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DO EQUIPAMENTO. PROCESSAMENTO DE SINAIS TRUE RMS PARA UMA ANÁLISE SEGURA E PRECISA DA REDE ELÉTRICA. ESTABILIDADE NA FREQUÊNCIA DE SAÍDA DEVIDO AO USO DE CRISTAL DE ALTA PRECISÃO. TECNOLOGIA DE MONTAGEM SMD QUE GARANTE ALTA CONFIABILIDADE E QUALIDADE AO NOBREAK DC START. PODE SER LIGADO MESMO NA AUSÊNCIA DE REDE ELÉTRICA. CARREGADOR INTELIGENTE DE TRÊS ESTÁGIOS (CARGA, EQUALIZAÇÃO E FLUTUAÇÃO), MESMO COM O NOBREAK DESLIGADO, PARA GARANTIR DESEMPENHO E VIDA ÚTIL. GERENCIAMENTO DE BATERIA QUE AVISA QUANDO A BATERIA DEVERÁ SER SUBSTITUÍDA. AUTO-DESLIGAMENTO TEMPORIZADO POR DESCARGA TOTAL DA BATERIA OU AUSÊNCIA DE CARGA CONECTADA NA SAÍDA PARA PRESERVAR A BATERIA, COM POSSIBILIDADE DE INIBIÇÃO (SENSOR CARGA MÍNIMA). INTERFACE DE COMUNICAÇÃO (RS232, RS485 E USB) PARA MONITORAMENTO E CONFIGURAÇÃO DO PRODUTO. TENSÃO NOM. ENTRADA: 220V (TRIFÁSICA - 127 V/ 220V (3F -N- T). FAIXA DE ENTRADA: 200V-230V. FREQ. ENTRADA: 47HZ - 63HZ (MODO NORMAL) / 59,5HZ - 60,5HZ (MODO PARALELO). FASE: MONOFÁSICA OU BIFÁSICA (CONFIGURÁVEL EXTERNAMENTE). CONEXÃO DE ENTRADA: BORNEIRA TENSÃO NOM. SAÍDA: 220V (TRIFÁSICO). FX. TENSÃO SAÍDA INVERSOR: 220V ±1%. FREQUÊNCIA DE SAÍDA: 50HZ/60HZ (MODO NORMAL) - 60HZ (MODO PARALELO). FORMA-DE-ONDA: SENOIDAL. CONEXÃO DE SAÍDA: BORNEIRA. DISTORÇÃO HARMÔNICA: CARGA LINEAR <=2% (THD). FATOR DE CRISTA: 3:1. REGULAÇÃO DINÂMICA: <=3%. REGULAÇÃO ESTÁTICA: <=1%. TEMPO DE TRANSFERÊNCIA: ZERO. REND. PL. CARGA REDE: 90% (DUPLA CONVERSÃO). REND. PL. CARGA INVERSOR: 90% (DUPLA CONVERSÃO). TEMPO MÍNIMO DE AUTONOMIA 20 MINUTOS EM PLENA CARGA, FATOR DE POTÊNNCIA 0,8, DISPLAY EM LCD	3	UNIDADE	R\$ 70.800,00	R\$ 212.400,00	1
	ÓRGÃOS PARTICIPANTES								
	CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA/ RJ 1 UNIDADE								1

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 60 (sessenta) dias contados do(a) contados a partir recebimento da nota de empenho, a cada pedido formulado pela unidade da Fiocruz, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. A vigência da Ata de registro de preço é de 1 (um) ano, podendo ser prorrogável por igual período, e suas quantidades renovadas, desde que comprovado o preço vantajoso, não podendo acrescentar novo quantitativo ao registro, art. nº 84 da Lei 14.133/2021.

1.7. Havendo divergência entre o a descrição do material no sistema Compras Governamentais (CATMAT), com o apresentado neste Termo de Referência, prevalecerá o Termo de Referência.

1.8. O objeto da contratação não consta no Catálogo Eletrônico de Padronização de Compras, Serviços e Obras da Administração Pública Federal, conforme disposto na Portaria SEGES/ME nº 938/2022.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- difundir e promover a prática da ecoeficiência no âmbito da Fiocruz;
- promover a disseminação da sustentabilidade ambiental, econômica e social na comunidade da Fiocruz;
- revisar e aprimorar os processos de compras e contratações, com vistas ao desenvolvimento de especificações para aquisição de bens, serviços e projetos pautados por critérios de sustentabilidade ambiental;
- qualificar as instalações e as edificações para melhor utilização e aproveitamento dos recursos naturais;
- estabelecer parcerias, visando a reciclagem de resíduos ou a destinação ambientalmente correta; e
- promover a qualidade de vida no ambiente do trabalho.

4.1.1. Os critérios de sustentabilidade da demanda deverão estar alinhados a diretriz do art. 5 da Lei 14.133/2021, Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União e normativos correlatos.

4.1.2. Não há previsão de impactos ambientais já que os rejeitos são coletados em programa específico de destinação de resíduos.

4.1.3. Em atendimento às diretrizes de sustentabilidade aplicáveis à Administração Pública Federal, informa-se que a presente contratação observa as disposições do Plano de Logística Sustentável (PLS) da Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), elaborado pela respectiva Comissão Gestora. A contratação encontra-se contemplada no Plano de Contratações Anual (PCA) da entidade e alinhada às diretrizes e objetivos estabelecidos no Plano de Logística Sustentável (PLS).

Subcontratação

4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias, contados da emissão da Ordem de fornecimento e Nota de Empenho, em remessa única, a cada pedido formulado.

5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 15 (quinze) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço :

Rio de Janeiro/ RJ:

FIOCRUZ MATA ATLÂNTICA/RJ - Fiocruz Mata Atlântica R. Sampaio Corrêa, s/n - Taquara, Rio de Janeiro - RJ, 22713-560

PROCURADORIA/RJ - Av. Brasil, 4365, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ CEP:21040-900 - Pavilhão: Procuradoria

AGEPLAN/COGEAD/RJ - Av. Brasil, 4365, Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ CEP:21040-900 - Pavilhão: Prédio do quinino

EPSJV/ RJ - Fundação Oswaldo Cruz/FIOCRUZ - Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio /EPSJV - Avenida Brasil, 4.365 – Manguinhos – RJ – CEP: 21040-360

Órgãos Participantes:

IOC- INTITUTO OSWALDO CRUZ/ RJ - Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ – Almoxarifado do IOC - Pavilhão Paulo Sarmento – térreo. O fornecedor deverá, obrigatoriamente, agendar entrega dos materiais através do e-mail: almoxarifado@ioc.fiocruz.br e posteriormente respeitar o dia agendado pelo Almoxarifado/IOC, local e horários de entrega de 9:00 às 11:00 e de 13:00 às 15:00. Não serão aceitos materiais enviados pelo CORREIO/SEDEX. Será de responsabilidade da contratada qualquer problema, devolução ou extravio que venha acontecer com a mercadoria. Contato para agendamento da Entrega: No dia agendado, a empresa fará a triagem da Nota Fiscal no Almoxarifado do IOC, Av. Brasil, 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro – RJ - Pavilhão Paulo Sarmento. Telefone (21) 2562-1862/1930. 5- Responsável pelo Recebimento: Igor Gomes Leptitgaland – matrícula nº 1958937

FAR- INSTITUTO DE TECNOLOGIA EM FARMACOS/ RJ - Av. Comandante Guarany, 477- Jacarepaguá/ Curicica- rio de Janeiro/RJ CEP: 22.775.903. Deverá ser agendado através do e0mail: logistica.far@fiocruz.br- Divisão de Logística. Horário: 08:00h às 12:00h e 13:00h às 15:00h. Contato: Bruno Vianna de Oliveira (21) 3348-5189.

ICICT- Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde/ RJ - Fundação Oswaldo Cruz – Pavilhão Haity Moussatché - ICICT/SEAD/SSG - Sala 205 - Av. Brasil 4365 - Manguinhos - Rio de Janeiro - RJ - CEP: 21045-900. Contato: Sandro Santos d' Annuniação - (21) 3865-3261 - sandro.dannunciacao@fiocruz.br

CENTRO DE AVALIAÇÃO DA ILHA DA MARAMBAIA- MARINHA DO BRASIL / RJ -Ponto de Apoio do Centro de Avaliação da Ilha da Marambaia - Rua Professor Rafael Levi Miranda, s/nº - Itacuruçá – Mangaratiba/RJ CEP 23.860-000., de segunda a sexta-feira das 08:00h às 16:00h. Contato para agendamento da Entrega: Telefone (21) 99219-9473 .

Demais estados:

FIOCRUZ MATO GROSSO DO SUL/ MS - Rua Gabriel Abrão, 92 - Jardim das Nações, Campo Grande - MS, 79081-746

ICC FIOCRUZ PARANÁ/ PR - ICC- Instituto Carlos Chagas - Fiocruz Paraná Endereço: Rua Prof. Algacyr Munhoz Mader, 3775 – CIC, Bloco C - CEP: 81350-010 Curitiba/PR, Brasil Local de Entrega: Logística

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

Fiscalização Administrativa

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

Gestor do Contrato

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a. der causa à inexecução parcial do contrato;
- b. der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c. der causa à inexecução total do contrato;
- d. ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e. apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f. praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5%** (cinco décimo de por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimo de por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimo de por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.8. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “g” de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.9. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “h” de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do faturamento bruto do último exercício anterior ao da instauração do processo administrativo, excluídos os tributos, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação.

7.2.4.10. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação.

7.2.4.11. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.12. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (meio por cento) a 15% (quinze por cento) do valor da contratação.

7.2.4.13. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, ressalvadas as seguintes infrações também enquadráveis nessa alínea

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente..

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

- 8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.
- 8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 05 (cinco) dias úteis.
- 8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.
- 8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

- 8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.12.1. o prazo de validade;
 - 8.12.2. a data da emissão;
 - 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.12.5. o valor a pagar; e
 - 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;
- 8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:
- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de Crédito

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 01/06/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade..

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

9.2. O fornecimento do objeto será integral.

CrITÉRIOS DE ACEITABILIDADE DE PREÇOS

9.3. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço por de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme planilha de composição de preços tabela constante no item 1.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no site <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.10. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.12. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 3.575.518,99 (Três milhões. quinhentos e setenta e cinco mil, quinhentos e dezoito reais e noventa e nove centavos), conforme custos unitários apostos na tabela contida no item 1.1 acima.

10.2. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.3. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.3.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.3.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.3.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.3.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

11.2. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilas.

13. ANEXO I

Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133/2021)

1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato Nota de Empenho; sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1 referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133/2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Edital, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.

3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

3.1. São obrigações do Contratante:

- 3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;
- 3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;
- 3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;
- 3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- 3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
 - 3.1.8.1. A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 30 (trinta) dias.
- 3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

- 4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada;
- 4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;
- 4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
 - 4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
 - 4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
 - 4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;
 - 4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
 - 4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;
- 4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ou para qualificação na contratação direta;
- 4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

- 4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;
- 4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;
- 4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.
- 5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.
- 5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:
- 5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- 5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.
- 5.4. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 5.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
- 5.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.
- 5.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- 5.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
- 5.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 5.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 5.5.3. Indenizações e multas.
- 5.6. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.
- 5.7. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

6. DOS CASOS OMISSOS

- 6.1. Os casos **omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.**

7. ALTERAÇÕES

- 7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.
- 7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.
- 7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. FORO

- 8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

14. ANEXO II

TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital*, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão Eletrônico* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, de de 20.... .

(*Nome e Cargo do Representante Legal*)

15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

FLAVIA MARIA LINS MENDES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/08/2026 às 10:40:38.

RAFAEL ZANIBONI ALVES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 15:11:57.

CLAUDIA FATIMA MORAIS DOS SANTOS PICANCO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 13:34:16.

ANDREA VANINI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 10/08/2026 às 11:21:28.

DANIELLE DIAS MARQUES FRANCO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 11:28:39.

ROBENSON LUIZ MINSKI

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 10:46:22.

LORIS BAENA CUNHA NETO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 11:27:09.

TALITA FREIRE RODRIGUES

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 16:12:06.

GISELE LUIZA APOLINARIO MALHEIROS

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 09:59:22.

LUIS GUSTAVO HERNANDES VIEIRA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 13/08/2026 às 09:54:38.

JULIANA E COSTA DE CARVALHO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/08/2026 às 09:07:39.

LUIS AMERICO MARINHO RIBEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 17/08/2026 às 08:58:20.

CARLA CABRAL GOMES CARNEIRO

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 18/08/2026 às 11:18:16.

MARCELO ENNES DE SOUZA

Equipe de apoio



Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 16:19:42.

WANIA REGINA DE TOLENTINO SANTIAGO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/08/2026 às 10:11:53.

RIVALDO VENANCIO DA CUNHA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/08/2026 às 11:40:10.

RICARDO MORATELLI MENDONCA DA ROCHA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 12/08/2026 às 16:02:07.

FABIANO BORGES FIGUEIREDO

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 06/08/2026 às 11:10:38.

JISLAINE DE FATIMA GUILHERMINO BARBOSA

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 17/08/2026 às 12:13:28.

GEANDRO FERREIRA PINHEIRO

Autoridade competente

